VÁRIOS ARTIGOS

"A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS"
(UMA DIATRIBE CONTRA ANCHIETA)

AIRES DE MONTALBO

A Revista **Verbum**, que se edita no Rio, em seu número de setembro de 1966, traz uma defesa de Anchieta feita pelo pe. Hélio Abranches Viotti, — trabalho que estava faltando em nossa literatura histórica.

A "Confederação dos Tamoios", além de assunto estritamente histórico, versado pelos cronistas, foi no século passado matéria de um poema romântico, em versos brancos, de Domingos José Gonçalves de Magalhães. Não vamos discutir aqui o mérito do poema, mesmo porque dêle não se pode dizer que fôsse nenhuma obra-prima.

Como se faz tal coligação, quais as tribos indígenas que nela tomaram parte, donde vieram, quem a chefiou e dirigiu, tudo isso era um assunto disperso, quase nebuloso que a publicação, há anos feita do poema de Anchieta "De Gestis Mendi de Sáa", veio dilucidar notàvelmente sob muitos de seus aspectos. Não esqueçamos que, ao ser traduzido e publicado em português, êsse poema foi objeto de viva discussão sôbre sua verdadeira autoria.

Deveu-se a versão vernácula dêsse grande e belo poema à pena ilustre do grande humanista português, radicado no Brasil, pe. Armando Cardoso, jesuíta (Rio de Janeiro, 1958).

O poema de G. Magalhães, é claro, tem suas imprecisões, suas liberdades poéticas, sua ficção estritamente lírica ou épica, suas achegas sentimentais que andam longe da verdade histórica. Já dizia Horácio em sua "Epístola aos Pisões", que aos poetas e aos pintores, em matéria de imaginação, tudo é lícito.

Pois bem; foi justamente sôbre êsse inócuo poema de Magalhães, que pouca gente conhece, que o sr. Aylton Quintiliano arquitetou um tratado histórico intitulado — **A Guerra dos Tamoios, Rio, 1965.**

Trata-se de um panfleto de bases fragilimas, como prova o pe. Hélio Viotti, que o refuta do princípio ao fim, escalpelando-lhe sem dó, além da má fé, a supina ignorância do autor.

Há indivíduos, infelizmente, tão primários, que não recuam diante de qualquer processo, por mais fraudulento, e, sem nenhuma consideração com o público, julgam poder impingir-lhe tôda sorte de patranhas e mentiras. E ainda ficam palitando os dentes. Uns labregos!

Nega o sr. Quintiliano que os índios do Brasil fôssem antropófagos, isso era calúnia dos missionários; aliás, os índios, diz êle, não sabiam cozinhar, assar nas brasas, sim, era o "moquém..." Os índios só comiam carne chamuscada e não comiam os inimigos apanhados na guerra. Isso vai de encontro ao que narram Hans Staden, que por um triz não foi devorado, Gandavo, Gabriel Soares, Jean de Lery e quantos viajantes e memorialistas passaram por aqui, na era de Quinhentos.

Diz que os índios exportavam tecidos para a Europa, tecidos naturalmente "marca tamoio". Além de infame, o autor é semianalfabeto e estropia quase todos os nomes que cita. Uma lástima!

Põe o pe. Anchieta revelando o segrêdo da confissão em São Paulo em 1562. Uma impostura: Anchieta, nesse ano, não era sequer sacerdote! É mais fácil pegar um mentiroso do que um coxo, diz o vulgo. Dá Anchieta como participante da execução do herege Bolés, em São Vicente. Outra patranha. Êsse herege francês foi primeiro condenado em Lisboa e depois executado em Goa, na Índia, em 1572. Nova calúnia. Mais ainda: Anchieta teria assumido a posição de carrasco e dado cabo da vida de um condenado à morte por sentença de Mem de Sá em 1567. Aqui o sr. Aylton Quintiliano mente e calunia descaradamente a frio.'. Ouvia cantar

o galo, mas não soube onde. A história é muito outra e Anchieta, o Apóstolo do Brasil, não executou ninguém. Tudo isso é revoltante. Assaca a Mem de Sá a calúnia de ter queimado 160 aldeias de índios, numa represália, queimando mil choupanas e assolando-lhes as plantações. De nôvo ouviu cantar o galo, mas nem saber onde. Tais números são nimiamente excessivos, nem tal campanha repressora foi feita no Rio de Janeiro, mas na Bahia.

Vê-se claramente que êsse autor é contra a civilização portuguêsa, que nos deu um país cristão e unido qual é hoje o Brasil. No fundo êsse panfleto baratíssimo é uma investida de mau gôsto contra o Brasil de origem lusitana e católica e contra o seu Apóstolo Anchieta. Diz que Anchieta traiu o Brasil. Pela primeira vez na vida ouvimos tal disparate. Traidores do Brasil são êsses aventureiros sem caráter, que gostariam de entregá-lo aos seus naturais inimigos.

Anchieta será sempre o herói, o gênio tutelar de nossa Pátria e, um dia, o Patrono celeste desta gloriosa Nação, que êle ajudou a formar.

I

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PASTORAL NO BRASIL (1)

(REFUTAÇÃO DE UMA TESE INACEITÁVEL)

Temos, em mãos, um bem lançado artigo do salesiano, padre Riolando Azzi, intitulado "Evolução Histórica da Pastoral no Brasil". (Rev. dos Religiosos do Brasil, ano XII, n.º 137, nov. de 1966).

Pouco antes, em setembro do mesmo ano a Rev. Eclesiástica Brasileira, vol. XXIV, fasc. 3.º trouxe, sôbre o mesmo assunto, um trabalho notável do pe. José Comblin sob o título "Situação Histórica do Catolicismo no Brasil".

Ambos êstes artigos, em linhas gerais, são muito bem feitos mas se os houvessemos de apreciar à luz da História, teríamos que fazer vários reparos a pontos vulneráveis dos mesmos.

Atualmente, quando se faz um balanço do passado religioso do Brasil, muitos autores insistem em certos pontos fracos de nossa formação católica. Outrora ninguém daria por isso, mas hoje, à luz de uma nova orientação pastoral, essas falhas avultam grandemente aos nossos olhos.

Diz-se que a nossa catequese, heróica em todo caso, trouxe o ranço do Concílio de Trento; (o jurídico estava acima do dogmático e do pastoral); que a Igreja que herdamos não foi uma igreja medieval, mas uma igreja da Renascença; que a Religião, ao tempo dos descobrimentos, estava por demais travada com os interêsses materiais do Estado (dilatação da Fé e do Império); que os sacerdotes, sustentados pela Coroa, eram mais funcionários públicos que apóstolos, vivendo longe dos centros coordenadores e das Cúrias, vivendo vida divorciada de sua profissão; muitos dêles foram revolucionários e políticos antes de tudo; que faltaram aqui paróquias rurais como as existentes na Europa do Norte; que a nossa catequese era superficial e transeunte, não atingia o homem plenamente; que a Religião, no que tem de mais profundo, nunca penetrou realmente no povo etc.

De modo que não sabemos, a não ser apelando para um milagre permanente, como se conservou a fé do povo e como é que o Brasil, tão superficialmente catequizado, chegou a ser, depois de quatro séculos, o que ainda hoje é: um país cristão. Se há ignorância religiosa no povo e avanço das seitas na seara de Deus, devemo-nos lembrar que países como a Alemanha, a Suíça, a Inglaterra, com uma catequese tão diferente, e com tantas paróquias rurais, se bandearam para o protestantismo quando os ventos sopraram a favor da Reforma.

Com respeito ao Brasil, ainda que muitos dêsses fatôres existissem, nem todos são responsáveis pelo que veio a suceder depois. E êsses autores muitas vêzes falam sem suficiente conhecimento de causa. Êles não conviveram longamente no seio do nosso povo. Não o observaram em profundidade. Observaram apenas certas áreas da população mais eivadas de materialismo e de outros vícios. Em seus

estudos sôbre a formação religiosa do Brasil, quase não dão valor à catequese plurissecular dos jesuítas e franciscanos no tempo do Brasil-colônia — de 1549 a 1759. Tanto a desconhecem, que não vemos uma única citação do historiador que escreveu 19 tomos sôbre o assunto, o pe. Serafim Leite, S. J. Não faz muito tempo que a Junta de Investigações do Ultramar deu a lume, do citado autor, a **Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil**, volume de 291 páginas, rora a introdução. Quem escreve sôbre o Brasil colonial não pode desconhecer esta **Suma** magnífica do maior esfôrço evangelizador de nossas tribos indígenas e de nossa gente. Serafim Leite se deu ao trabalho insano de inventariar a catequese dispersa dêsses três primeiros séculos de nossa formação. Havia, no Brasil, uma dupla espécie de catequese: — volante e estável, em postos fixos, missionários. A primeira acompanhava a mobilidade congênita do indígena. A outra, os doutrinava parados, sediados, fixos.

Se se deu, naquele tempo, pouca importância à Pastoral, — todo o Brasil era um Bispado apenas — foi porque, naquele tempo, a cousa não podia ser de outro modo. Isso de se dar maior importância à pregação como tal e aos vários tons da Pastoral é coisa do nosso tempo, ressonância recente do último Concílio.

Nem é justo julgar tempos passados com meros confrontos de tempos atuais. Os tempos são o que são, e não o que nós gostaríamos que tivessem sido.

Os princípios morais e jurídicos que reglam aquêles tempos não eram os mesmos de hoje, quando é muito outra a mentalidade vigente.

É mister ter-se em conta também a extensão territorial do Brasil. Um Continente imenso que devia, com poucos missionários, ser atendido, simultâneamente, em todos os quadrantes. Não se trata da Bélgica ou da Holanda; trata-se do Brasil ("que é nossa emprêsa", — Nóbrega) e que se condividia, na catequese, com a Índia e com tôda a costa oriental. Catequese no Recôncavo, no Plata, nos Sete-Povos, em Bertioga, no Espírito Santo, Guanabara, Piratininga, foz do Amazonas, Grão-Pará e nos rincões perdidos do Nordeste — uma epopéia como jamais o mundo viu outra alhures. Ainda está por nascer o Homem que cantará com lira de oiro, esta Odisséia sem igual e sem nome, vivida pelos missionários nas selvas do Brasil. É inútil comparar os nossos processos de civilização com os da Europa, absolutamente diversos e infinitamente mais fáceis de aplicação do que aqui. Aproveitamos o que há ainda o que ficou, para um trabalho futuro em outros moldes, sem nos determos a chorar o irremediável...

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PASTORAL NO BRASIL

(2)

(REFUTAÇÃO DE UMA TESE INACEITÁVEL)

Vimos em artigo anterior, publicado neste jornal, como certos sociólogos atuais lastimam a maneira por que se processou a catequese no Brasil, nos primeiros séculos. Afirmam que evangelizar, nessa época, era o mesmo que aportuguesar, tanto a cultura ibérica estava travada com a tradição religiosa da Península.

Não vemos mal algum nisso e não poderia ser de outro modo. Os missionários, tanto portuguêses como espanhóis, tinham que deixar, na evangelização do nôvo mundo, a marca de sua procedência étnica. Tanto mais que a conversão do gentio à fé de Cristo era o mesmo que sua insersão na cultura do colonizador. O mesmo se deu com os flamengos no Nordeste. Mandaram índios formar-se nos Países Baixos. Pretender um divórcio entre a catequização e a civilização dos que as traziam é, a meu ver, pretender um absurdo.

E ninguém lembra que Anchieta, Luís Figueira e Montoya ensinavam os índios em sua língua tupi-guarani, da qual compuseram gramáticas, que ainda hoje aí estão como um atestado do seu empenho de chegar à alma do índola bravio em sua própria fala. Pombal legislou contra a generalização da língua indígena no Brasil, com mêdo de que suplantasse a portuguêsa.

Os jesuítas, vendo que era mais fácil imbuir de doutrina sã e cristã as crianças ainda não contaminadas dos vícios hediondos de seus pais, se serviam de meninos índios, bem adestrados, para, por meio dêles, evangelizarem os adultos. Um recurso pedagógico de todo procedente.

Lastima-se que o clero fôsse subvencionado pelo Reino, mediante côngrua. Naqueles tempos a subsistência dos missionários não podia depender só de rendas provindas dos catecúmenos, que eram paupérrimos. Se ainda hoje, em paróquias bem estabelecidas, com outra consciência de deveres cristãos, entre civilizados, o pároco mal pode viver do seu ofício e precisa ser ajudado alhunde!

Se, de fato, o clero colonial se preocupava mais da preservação da fé, pela administração dos sacramentos, do que da pregação pastoral, isso se explica pela mentalidade então vigente, sancionada pelo uso. Mas é certo que pregavam também no intuito de subtrair os selvagens à influência dos calvinistas, emissários da França, que tudo faziam para os conquistar ao seu credo.

Os numerosos "Autos" de Anchieta eram uma catequese prática de valor inestimável. Nesses autos o apóstolo punha em ridículo os costumes depravados dos índios, criando, no palco, situações humilhantes e embaraçosas para os ouvintes adultos, que eram apupados pela platéia a estourar de riso.

Diz-se, também, que a ação catequética não chegou ao elemento negro. Uma afirmação totalmente gratuita. Os negros também eram catequizados sem exclusão e o esfôrço de São Pedro Claver, em Cartagona, Colômbia, é um desmentido formal a tal insinuação. A volta, muito posterior, dos prêtos e mestiços aos seus ritos originais se deveu, em grande escala, ao abandono a que foram relegados com a perseguição pombalina de 1759 e à falta do clero durante todo o Império, quando as Ordens quase se extinguiam por inanição, imposta por leis iníquas.

Que a catequese, de modo sistemático, só se dava às crianças, e, ainda assim, em moldes escolásticos e intelectualistas com fórmulas ininteligíveis, é outra afirmação, que não pode vir sem provas. **Quod gratis affirmatur, gratis negatur...** E hoje, apesar de tanto alarde, será que a instrução religiosa atinge sequer dez por cento da população do País — a massa do povo — de modo a influenciá-la e formá-las nos rudimentos da fé? Os jesuítas batizaram, nos três primeiros séculos, cem mil índios brasileiros. Fale a eloqüência dos números...

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PASTORAL NO BRASIL (3)

(REFUTAÇÃO DE UMA TESE INACEITÁVEL)

Uma crítica retrospectiva ao modo como se praticou a catequese no Brasil, nestes primeiros séculos, supõe, é claro, conhecimentos profundos da história religiosa de nosso povo, da sua índole peculiar, do seu modo de pensar e de agir e dos meios que então se tinham à mão para catequizar. Uma apreciação dêste gênero para ser bem aceita, sem restrições, não pode provir assim de ouvir dizer, ou de noções ingeridas à pressa, aprendidas de oitiva sem um fundamento realmente objetivo.

Por isso estamos não defendendo algo de ultrapassado, ou de errôneo, que sempre houve, mas pedindo um pouco mais de conhecimento histórico e de bom senso nos autores que hoje, com olhos do século XX, desancam e deploram o passado religioso do Brasil. Como se a crise religiosa que atravessa o mundo atual, herdada da Reforma e da Revolução Francesa, fôsse um apanágio exclusivo de nossa Pátria! É mister remover os antolhos.

Diz-se que na formação inicial do Brasil católico dominava o individualismo humanista da época sôbre o sentido de comunidade cristã. E perguntamos: — que significava "aldear" índios, mantê-los em reduções, formar núcleos de aprendizagem e trabalho, donde saíam verdadeiros artistas como os dos "Sete Povos"

De 1759 (expulsão dos jesuítas) até 1889 (proclamação da República) a obra missionária do Brasil sofreu uma crise profunda. Foram 130 anos de estagnação,

de volta à estaca zero. Pombal, o famigerado ministro, expulsou do Brasil mil e seiscentos religiosos; centenas de aldeias foram abandonadas; cento e treze residências e colégios fechados em nome do iluminismo. Era a derrocada de uma obra portentosa.

Quanto ao fato de se construírem igrejas suntuosas em Minas, Bahia e Pernambuco, igrejas onde o oiro cintilava em colgaduras deslumbrantes, isso nada diz contra o sentido religioso da época: acusa, apenas, fausto de quem possuía muito oiro e madeira de lei, senso estético e desejo de honrar a Deus, nada mais. Querer ver nisso outra coisa é sofismar e baralhar conceitos. Tal argumento tem a consistência de um fio de sêda.

Depois, já no século passado, a maçonaria invadiu o terreno e penetrou em todos os redutos. Veio a "questão religiosa". D. Macedo Costa e D. Vital acordaram o país invadido pela seita, que levava bispos à barra dos tribunais. Foi bom ter havido êsse choque, pois suscitou reação.

Os "pedreiros livres" acabaram perdendo a parada. Foi quando surgiram os primeiros líderes leigos em defesa de seus pastôres. Criou-se uma mentalidade de luta e de autodefesa.

Com a Lei Áurea (1888) os prêtos despedidos das senzalas e da proteção das casas a que serviam, voltaram, nos ghettos que formavam, aos seus ritos africanos. Sincretismo religioso inextricável.

Mas, de quem a culpa? Dêsses moços idealistas e utópicos que forçaram, extemporâneamente, a sua manumissão. Leão XIII previu êsse perigo e o denunciou à Princesa Isabel. Hoje, os ritos africanos — a macumba, a umbanda, os candomblés são uma realidade triste no seio da sociedade brasileira.

Com a separação da Igreja do Estado em 1891, o Catolicismo só teve que lucrar. Foi um abalo, mas para o bem da Igreja. O govêrno imperial só lhe tolhia a ação. "Tandem libertas!"

Se de 1707 a 1928 só houve, no Brasil, 13 Sínodos episcopais, é coisa que se explica fàcilmente, dadas as dificuldades de transportes, pobreza das Cúrias, e outras causas assinaláveis. Às vêzes certas coisas, em circunstâncias locais, são mais difíceis do que vistas à distância.

Assim chegamos aos nossos dias.

Em 1939, sob a orientação do grande cardeal D. Sebastião Leme, realiza-se no Rio o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro. Uma grande e ilustre Assembléia. Como coisa própria da época, nêle dominou a preocupação jurídica, impedindo uma visão pastoral mais concreta e realista da sociedade brasileira. Em todo caso, fôrça é reconhecê-lo, foi um grande passo dado pelo Episcopado e dêle resultou uma educação mais aprimorada do clero nativo.

Sôbre o triunfalismo da Igreja, desde Trento, apesar de muita humilhação sofrida, imposta pelo sacro-império, nada diremos aqui. Houve um pouco disso, é verdade. Ninguém examinava o conteúdo da frase: "Fora da Igreja não há salvação."

Diz-se, por fim, que houve, no Brasil, a partir da última década do século passado e por todo o século XX, uma verdadeira "invasão" de Ordens e Congregações religiosas, nos grandes centros, sobretudo. Ora mesmo concedendo a essas fundações uma certa visão aristocrática e individualista dos seus países de origem, foram elas de grande proveito para o Brasil no campo da educação religiosa da juventude. Haverá, nisso, algo a lastimar? E não será uma falsidade dizer que tais colégios se circunscreveram só às grandes cidades? É claro que os grandes centros têm preferência.

Só então, no ambiente que antecipou e continuou a Revolução de 1930, surgem, no laicato católico, os verdadeiros líderes, que se fizeram respeitar na arena social: Jackson de Figueiredo, Tristão de Ataíde, Baltasar da Silveira, Felício dos Santos, Tasso da Silveira, Alcebíades Delamare, Everardo Backheuser, Armando Câmara, Gustavo Corção, Andrade Furtado, Plínio Correia de Oliveira, Fernando Carneiro e outros muitos.

E hoje? A semente está lançada. Apesar da crise momentânea, a preocupação pastoral está em primeira plana e tudo indica que marchamos para um trabalho mais eficiente de catequização das massas. Mas ninguém se iluda: só muito sacrifício e oração cimentará os alicerces da cidade de Deus. Diante de tantos meios de perversão postos em jôgo pelos cinemas, teatros, revistas, televisão, modas ousadíssimas, livros imorais, praias sem pudor, aliadas a clubes diversionais, onde a modéstia cristã naufraga nas piscinas, ninguém há que não tema pelo futuro religioso do Brasil, trabalhado por tantos agentes dissolventes. A ninguém é dado dormir sôbre os louros do passado. Quando menos se der por isso, a cizânia implexa já invadiu o campo do Pai de família.

"A PALMEIRA DE BRONZE"

(1.º CENTENÁRIO DO COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO)

Segundo o historiador Raimundo Girão, foi a 15 de agôsto de 1865 — há precisamente um século — que a Irmã Bazet recebeu, de braços abertos, a primeira pensionista do Colégio da Imaculada, depois de fundado, pouco antes, pela mesma Superiora, o Orfanato das meninas pobres.

Por motivos alheios à nossa vontade, não participamos dos festejos de julho passado, quando aí estêve o sr. Presidente da República, também ex-aluno. Vimos, depois, o museu de objetos antigos, muitos dêles contemporâneos da fundação. Sabemos que tais festejos tiveram a maior repercussão na cidade e não queremos deixar passar esta magna data sem uma homenagem nossa, cálida e pessoal, ao mais antigo e famoso Colégio da capital cearense.

Esta festa, meus amigos, é uma festa de saudade, de fundas reminiscências. Saudade dos que se foram, anônimamente, depois de tanta luta e labuta. Quantas "cornetas" não cruzaram, tatalando ao vento, aquêles enormes corredores nestes cem anos decorridos! Como nos falam à alma, dentro dêste centenário, aquelas paredes vetustas, de pedras inamovíveis, a imagem da Virgem das Graças, que nos sorri em cada canto, sempre de mãos estendidas e acolhedoras, as galerias intermináveis que convidam ao silêncio e à meditação, onde se ouve ainda o tilintar dos terços pendentes das Irmãzinhas humildes, afanosas como abelhas no colmeal, a tôrre esguia e enegrecida do Pequeno-Grande, com seus pombos inquietos, a capela recolhida do belo templo gótico, as três Marias que Raquel de Queiroz imortalizou, os olhos azuis, celestialmente límpidos da aristocrática Irmã Simas, as turmas juvenis que ali se sucederam, sempre alegres, como a Primavera, felizes como andorinhas em manhãs de outono, trêfegas e gentis como filhas de Iracema! Ai! a saudade! Os que passaram, sorriram, suaram, tombaram, e não viram a glória dêste Centenário!

Junto ao Colégio vejo sempre aquela escola dos meninos abandonados hoje aula magna da Rádio Assunção, tendo em cima a Sagrada Família, numa atitude bíblica de peregrinos, sob uma palmeira de bronze e, por todo canto, inscrições latinas de um clássico surpreendente que ninguém mais lê nem entende (é pena) atestado inequívoco de uma época de cultura superior!

O Colégio se engalanou para a festa centenária. Pela obra realizada está acima de qualquer encômio. Li o Álbum comemorativo com excelentes colaborações de literatos, poetas, professôres, antigas e atuais alunas. Tudo muito evocativo e bem feito, correspondendo à heráldica da Casa. Mas como nesse Álbum nada se disse do Jardim da Infância, que é a coisa mais linda do "Imaculada", tomo a liberdade de oferecer, ao mesmo Colégio, a poesia infantil, que se segue adiante.

Parabéns, caras Irmãs de Caridade!

JARDIM DA INFÂNCIA

(COLÉGIO DA IMACULADA)

AIRES DE MONTALBO

Andorinhas mansas,
Turmas de crianças,
Vozes de esperanças
A tagarelar:
Vejo-as no Colégio,
Doce privilégio,
No ambiente régio,
Puro como o lar...

As Luciazinhas
Brincam de fadinhas,
Jogam com pedrinhas
Dentro do jardim:
Quando eu passo fora,
Vejo o olhar da aurora
Na manhã sonora
A sorrir pra mim...

Como são linditas
Essas pequenitas,
Com lacinhos, fitas,
De avental azul!
São pombinhas mansas
Inda mui crianças
Já de loiras tranças
E de olhar taful...

Quando a aula cessa,
Quase ao meio-dia,
Ai! que alegria
Pela rua além...
São as andorinhas
Que, tagarelinhas,
Para casa, à pressa,
Sorridentes vêm...

São mui gentizinhas
Essas pirralhinhas,
Que já vão sòzinhas
Para o doce lar:
Mas, se acaso é longe
O seu lar, risonho,
Vão de carro (é um sonho!)
Sempre a pipilar...

A avòzinha delas,
Dessas tagarelas,
Quando pequenina
Foi aluna ali:

Gerações afora
Hoje, como outrora,
Belo "o Imaculada"
Sempre lhes sorri...

Cândidas crianças
Do alvor dos lírios,
Luzem como círios,
Que lá estão no altar:
Gozam do Colégio,
Doce privilégio,
No ambiente régio
Puro como o lar...

Fortaleza, agôsto de 1965

O GRUPO FEITOSA NO POVOAMENTO DO CARIRI

GOMES DE FREITAS

O Ceará, como já se tem acentuado, é um dos Estados da Federação que mais rebuscam a sua história, fato de que são atestados a **Revista do Instituto do Ceará** e as obras constantemente editadas pelos nossos historiadores.

Muito se tem escrito sôbre os fatos do nosso passado, no entanto, nota-se que a predileção de alguns dos nossos cronistas inclina-se, não raro, para a lenda ou a simples tradição, nem sempre confirmadas pela pesquisa documental. Por essa razão, nem sempre é possível aventurar juízo seguro sôbre fatos da nossa história, salvo quando êles se respaldam em documentação ou testemunho incontestes.

Foi Antônio Bezerra o primeiro a denunciar a falsidade das crônicas históricas da nossa terra, e o fêz com o cérebro "a arder de ânsia pelo gostoso encontro com a verdade". (R. Girão) Em autêntico **confiteur** revela o ilustre mestre que "o coronel João Brígido foi, como eu, induzido a êrro, valendo-se das tradições que se forjicaram sem reflexão, nem tino relativamente às origens das povoações no sul do Estado". Refere ainda que o Conselheiro Tristão "nada disse dos Cariris; o que escreveu, porém, a respeito dos Montes e Feitosas, à página 115, na sua **História da Província do Ceará** está longe da verdade que faz pasmar", e acrescentou que Tristão teve por discípulo Álvaro de Alencar.

Como desassombro, o autor de **Algumas Origens** lança culpa no Dr. Pedro Théberge que, como João Brígido, deu existência imaginária ao discutido capitão-mor Geraldo de Monte, situando-o na fazenda Pilar, proximidades do Icó, que a meu ver ali não residiu, e na Capitania do Ceará não tomou parte nas refregas das duas famílias que com ódio fermentado nos currais do São Francisco se matavam mútuamente, "lembrados das competências que seus ascendentes entre si tiveram no Rio do São Francisco, donde vieram para esta Capitania, e que da devassa que tirei das sublevações da dita Ribeira do Jaguaribe assim consta". (Da carta do des. Ant.º Marques Cardoso, R. I. C, 1964).

Não seria proveitoso pretender contraditar a Antônio Bezerra porque êle está com a razão; a história dessa luta que é também um longo período da nossa história, está povoada de lendas e inçada de enganos. Provas inequívocas temos nos **Inéditos do Barão** e na carta do des. Ant.º Marques Cardoso, que esclarecem convenientemente o assunto e bem evidenciam equívocos dos nossos historiógrafos.

Estas ligeiras considerações nos vêm a propósito de um interessante trabalho, de autoria de J. Caliope, publicado no último número da revista **Itaytera**, do Instituto Cultural do Cariri, sôbre a personalidade do saudoso cônego Manoel Feitosa.

Nesse trabalho, no qual o autor ressalta com justiça a vida e a obra daquele virtuoso sacerdote roubado ao convívio humano, há uma assertiva que carece de fundamento, e precisa ser reparada a bem da verdade histórica. Não sei em que se apoiou J. Calíope para afirmar que "o cônego Manoel Feitosa foi o primeiro desta família cearense que passou a residir no Cariri". Exatamente o contrário referem os documentos. Senão vejamos: o volume 6.º de **Datas de Sesmarias**, à página 115, reza que Lourenço Alves Feitosa (Feitosa por parte do pai e Gomes por parte da mãe, segundo Borges da Fonseca), Carlos Gomes da Silva e Gonçalo Paes Chaves, em 1710, "com grande risco de suas vidas" conquistaram 3 olhos-d'água no Cariri nas ilhargas do Riacho dos Porcos. Não se domiciliaram nos seus novos domínios; apenas Carlos fêz posse na parte de cima perto da serra que recebeu seu nome, Serra do Gomes.

Não se domiciliaram no Cariri pela seguinte razão: antes 3 anos, Gomes e Feitosas invadiram a parte central dos Inhamuns; os Feitosas assenhorearam-se das terras do gentio **joquo**, com variante **joqua**, **jucá**, **joco**, ou ainda **jocu**, como escreveu o pe. Ascenço Gago, Antônio Bezerra porém chamou imprecisamente de "Vocoró", hoje S. João". O V não tem vez no tupi. Deve ser **Jocoró**, oró, boqueirão e **joco**, tribo que deu seu nome àquele curso d'água. Esclarecidos os Feitosas, na sua petição grafaram **joquoyu** (yu-beber água), grafia que está de acôrdo com a pronúncia representativa dos sons. E na foz do riacho onde bebeu o Jucá, Francisco Alves Feitosa levantou currais, casas e uma capela de taipa, e a 3 léguas de distância, subindo aquêle curso d'água, montou seu irmão Lourenço a fazenda da Serra. (**Datas de Sesmarias**, vol. 4º., pág. 30).

Os Gomes e seus parentes Ferreiras prosseguiram na jornada pelas margens do Jaguaribe, andaram mais de 8 ou 10 léguas acima dos Boqueirões, já pisavam terras nunca visadas pelos brancos, nos confins do rio principal, onde confluem o Hohaculúba e o Quintirire, que evoluíram para Trici e Carrapateira, chamados imprecisamente Manoel Lopes, onde começa o Jaguaribe, e como marcos confirmativos da posse; chantaram cruzes, assentaram um arraial para a defesa dos moradores, situando duas fazendas de gados de criar, estabelecendo um consórcio rural nos Inhamuns, ao qual denominaram "fazenda da Barra da Socidade". (**Datas de Sesmarias**, vol. 5.º págs. 14 e 34, e vol. 10, pág. 101).

Outros vieram logo depois; pediram mercê das terras desbravadas, mas não povoaram e abdicaram de seus direitos sôbre elas. Teixeira Cavalcante, na Gazeta de Notícias, edição de 7-1-1954, informa que "as duas exceções verificadas nos Inhamuns a esta regra de adquirir terra e dela não se aproveitar, são a favor dos povoadores dos rios do Jucá e do Trici. Naquele domina a família Feitosa, e neste mandam os Gomes, seus requerentes e posseiros com já um lastro de tempo próximo de dois e meio séculos". Retornemos ao assunto que serve de tema a esta crônica, isto é, a participação do grupo Feitosa na conquista, no povoamento e na formação das gens, do Cariri. No limiar do século XVIII o sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa, filho de Cosme Ferreira da Silva e Albuquerque, penetrou na parte centro-sudoeste da Capitania do Ceará, com sua bandeira assustando a indiada com assaltos aos seus domínios; "Fêz várias conquistas de índios bravos, à sua custa, como fôsse a aldeia do Jucá, do Brejo Grande e algumas dos Caratiús." (**Inéditos** do Barão de Studart) e precisamente há 250 anos (quanto tempo viveu no ostracismo), pelo ano de 1717, subiu o rio Carirú. (**Datas e Sesmarias**, vol. 10, pág. 91) o sargento-mor Pedrosa agora com espírito de colonizador enamorou-se das terras do Brejo Grande (Santana do Cariri) e as elegeu para seu domicílio. Matrimoniado com Josefa Maria, filha do cel. Francisco Alves Feitosa, houve do casal vários filhos. (Arq. de mons. Couto).

Com grande evidência no meio em que atuou, Arnau de Olanda Correia, casado com uma neta do coronel Feitosa dos Inhamuns, ocupou cargos de relêvo, foi, em 1762, juiz ordinário em S. José dos Cariris e seu sargento-mor, para 3 anos depois galgar, com primazia, o alto pôsto de capitão-mor de Crato. Seu filho José, do engenheiro Monte Alegre, nas plagas caririenses também ostentou as insígnias de capitão-mor. (Pe. Gomes, **R. I. C.** 1954).

Uma das figuras mais curiosas na nossa história é, sem dúvida, o filho de Arnau, de nome Manoel de Barros Cavalcanti, fugitivo de Crateús, sua terra natal, após ter cometido hedionda chacina; matou a espôsa pecadora, nefanda,

o corrutor dela e a negra alcoviteira. Atraídos ao local pelos gritos lancinantes das vítimas, também foram abatidos o sogro e a sogra; o crime foi estrondoso segundo o ouvidor Carvalho, que tirou devassa no começo do século pretérito. (**Inéditos do Barão de Studart**). Na sua fuga foi ter no Brejo Grande, que adotou para domicílio. Pelos serviços prestados à causa da consolidação do nascente Império brasileiro, chegou a coronel de cavalaria. Foi um dos grandes do Cariri.

Vê-se, pois, que há 200 anos antes do saudoso cônego Manoel Feitosa, já muitos dos seus antepassados da família Feitosa se haviam fixado nas terras ubertosas do vale do Cariri, e o fizeram com ostentação e relêvo, influindo no panorama sócio-econômico daquela privilegiada região do sul do Ceará.

INSTITUTO DO CEARÁ

MANOEL ALBANO AMORA

O Ceará, terra de enaltecedoras tradições culturais, possui, a exemplo da própria nação brasileira e das unidades geográficas e políticas que a integram, o seu Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico.

Denomina-se Instituto no Ceará a agremiação aqui surgida.

O Instituto do Ceará foi fundado em Fortaleza a 4 de março de 1887, numa das salas da Biblioteca Pública, então instalada em prédio situado na Rua Guilherme Rocha, esquina da Rua General Bizerril, onde funcionara anos antes o extinto Teatro Concórdia.

Os fundadores da novel sociedade foram os ilustres homens de ciências e de letras Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Guilherme Studart (depois Barão de Studart), Joaquim de Oliveira Catunda, Antônio Bezerra de Menezes, Júlio César da Fonseca Filho, pe. João Augusto da Frota, Virgílio Augusto de Morais, Virgílio Brígido, Antônio Augusto de Vasconcelos, José Sombra (Senior), Juvenal Galeno da Costa e Silva e João Batista Perdigão de Oliveira.

Os doze aludidos senhores objetivaram o cultivo da História e da Geografia da província e o desenvolvimento das letras em geral.

O símbolo do Instituto do Ceará é um um globo encimado por um livro aberto, com a inscrição latina — **Dedimus profecto grande patientiae documentum.**

Na sua longa existência, o Instituto tem sido presidido, sucessivamente, por Paulino Nogueira, Tomás Pompeu, Barão de Studart, seu grande benemérito, e Tomás Pompeu Sobrinho, atual Presidente Perpétuo.

Vários edifícios da cidade inclusive a casa de residência do Barão de Studart, um velho sobrado da Rua Barão do Rio Branco, têm-lhe servido de sede.

As suas poltronas vêm sendo ocupadas por vultos exponenciais da intelectualidade conterrânea, notadamente, além dos fundadores, dentre os já falecidos, mons. Bruno Figueiredo, Rodolfo Teófilo, Soriano de Albuquerque, Antônio Teodorico da Costa, Álvaro Fernandes, José Lino da Justa, Eusébio de Sousa, José Sombra (filho), Álvaro Bomílcar, Waldemar Falcão, Júlio de Vasconcelos, Hugo Víctor, Demócrito Rocha, Álvaro Gurgel de Alencar, Joaquim Alves, João Nogueira, Alba Valdez, José Waldo Ribeiro Ramos, Tomás Pompeu, Dias da Rocha, Leonardo Mota, Soares Bulcão, Livino de Carvalho, Waldery Uchoa e Ismael Pordeus.

Mantém o Instituto do Ceará, desde 1887, ininterruptamente, um valiosíssimo periódico, a **Revista do Instituto do Ceará**, onde escritores dos mais eruditos, cearenses, brasileiros e estrangeiros, publicam importantes ensaios e artigos sôbre história geografia, antropologia, lingüística e ciências naturais, alusivos ou de particular interêsse desta gleba e da região nordestina. Figuram coleções da inigualável publicação em muitas das mais célebres bibliotecas da Europa e das Américas. Os seus exemplares são disputados com avidez por sábios e bibliófilos. O eminente José Honório Rodrigues, apercebido da imensa valia dêsse "monumental e precioso repositório de estudos, informações e documentos sôbre o nosso passado", como é considerado com justiça, elaborou e lançou à publicidade o

Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará, também bastante procurado no país e além-fronteiras.

Sob a provecta direção de Tomás Pompeu Sobrinho, está sendo publicada pelo Instituto uma **História do Ceará** em vários tomos, dos quais já saíram dos prelos — **Proto-História do Ceará, Pré-História do Ceará, e História das Sêcas**, de Pompeu Sobrinho; **História Militar do Ceará**, de Eusébio de Sousa; **História das Sêcas**, de Joaquim Alves; **História Econômica do Ceará**, de Raimundo Girão; **História da Literatura Cearense** (4 volumes) de Dolor Barreira. Brevemente circulará **História da Educação do Ceará**, de Plácido Aderaldo Castelo.

Dirigida por José Aurélio Câmara, existe também, sob a responsabilidade da laboriosa corporação, a "Coleção História e Cultura", que já brindou a historiografia pátria com os seguintes livros: **História da Província do Ceará**, de Tristão de Alencar Araripe; **Correspondência do Senador Pompeu**, de José Aurélio Câmara; **Estudos de História Seiscentista, A Revolução de 1817 e Outros Estudos, Os Aborígines do Ceará**, e **Páginas de História e Pré-História**, de Carlos Studart Filho; **Matias Beck, Fundador de Fortaleza**, de Raimundo Girão; **Três Documentos do Ceará Colonial**, anotados por Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão e José Aurélio Câmara.

A antropologia, em virtude de uma reforma estatutária recente, passou a fazer parte do elenco das disciplinas científicas de que se ocupa a associação.

Grande intercâmbio aproxima o Instituto cearense das agremiações congêneres européias, americanas e asiáticas.

Atualmente, o quadro de Sócios Efetivos, perpétuos e sem direito a renúncia, é assim composto: professor Tomás Pompeu Sobrinho, professor Renato Braga, Gen. Dr. Carlos Studart Filho, ministro Mozart Soriano Aderaldo, comendador Luís Sucupira, professor Luís Barros, Dr. José Bonifácio de Sousa, historiador Hugo Catunda, professor Paulo Bonavides, desembargador Abner de Vasconcelos, professor Amorim Sobreira, Dom Antônio de Almeida Lustosa, professor Antônio Martins Filho, desembargador Boanerges Facó, escritor Braga Montenegro, professor Clodoaldo Pinto, Professor Denizard Macedo, professor Djacir Menezes, professor Dolor Barreira, Dr. Fernandes Távora, Dr. Florival Seraine, escritor Fran Martins, professor Francisco Alves de Andrade, professor João Hipólito Campos de Oliveira, professor Jósa Magalhães, cel. José Aurélio Câmara, Dr. José Guimarães Duque, professor José Parsifal Barroso, professor Manoel Albano Amora, comendador Manoel Antônio de Andrade Furtado, escritor Eduardo Campos, professor Martinz de Aguiar, pe. Misael Gomes, ministro Plácido Aderaldo Castelo, ministro Raimundo Girão, pe. Rodolfo Ferreira da Cunha e professor Saraiva Leão.

As cadeiras do venerando sodalício despertam as pretensões dos intelectuais de maior evidência, pois, no Estado, é êle considerado o ápice cultural, e assim, o ingresso nesse grêmio ilustre constitui a suprema consagração.

A administração pública tem servido o Instituto de órgão consultivo desinteressada e patriòticamente.

Festeja, agora, o Instituto do Ceará, o octogésimo ano de vida fecunda e brilhante, o que, sem dúvida, importa em dizer-se, os seus oitenta anos gloriosos.

(Unitário de 3-9-67)

O INSTITUTO DO CEARÁ

Foi devidamente solenizado o transcurso do octogésimo aniversário do Instituto do Ceará, que tem acumulado, desde a sua fundação, um grande acervo de trabalhos históricos, concorrendo para que o passado do povo cearense não ficasse no olvido, à falta de quem o descrevesse com base nos documentos.

Chega-se a afirmar, mesmo, que nenhum outro Estado do Brasil tem a sua história tão conhecida como o Ceará, graças aos trabalhos de pesquisa e de reconstituição empreendidos por aquêles que, no decurso de oito décadas, fizeram daquele Instituto centro de suas atividades intelectuais.

Os cearenses, que justamente se orgulham de ter contado com um historiador

do porte de João Capistrano de Abreu, não deixam ficar, porém, na admiração passiva por êsse grande vulto, procurando seguir-lhe as pegadas, para o que encontram oportunidades na agremiação ora octogenária.

Bastaria o nome do Barão de Studart para significar o valor do Instituto, pois êle foi, realmente, o principal propugnador dos estudos da história cearense, excedendo a predecessores, como Tristão de Alencar Araripe, Pedro Théberge, João Brígido e alguns outros, no interêsse pelo passado.

Há muito, o Instituto goza de conceito não apenas em todo o Brasil como em vários outros países, inclusive nos maiores centros culturais do mundo, para o que concorreu muito sua Revista, antigamente trimestral, hoje, infelizmente anual, e, ainda assim saindo com justificável atraso.

O Govêrno do Estado, associando-se às festividades de aniversário do Instituto, como não podia deixar de acontecer, por se tratar de um patrimônio de todo o povo cearense, conferiu a "Medalha da Abolição" ao atual secretário do sodalício aniversariante, general-de-divisão, Doutor Carlos Studart.

Foi um gesto bem recebido no seio intelectual fortalezense, pois, além de significar o aprêço governamental pelas atividades do Instituto, predominantemente voltado para a pesquisa, a reconstituição e a revisão da história cearense, contemplou um digno sobrinho e continuador do Barão de Studart.

Aliás, a homenagem das autoridades ao Instituto na pessoa do secretário, Doutor Carlos Studart, teve simpática repercussão em tôda a sociedade local, dada a admiração em que é tido o homenageado, como um homem de valor e, ao mesmo tempo, dotado de grande simplicidade, apesar dos seus numerosos títulos.

Sabe o general Carlos Studart alternar as suas horas de recolhimento no gabinete de trabalho onde se dedica a escrever sôbre história e assuntos correlatos, com sua participação constante nas "rodas" de intelectuais, que hoje, como ontem, constituem um dos aspectos notáveis da vida urbana em Fortaleza.

Por êle, constata-se que o Instituto do Ceará, com todo o seu imenso acervo de trabalhos históricos, não é, de nenhum modo, uma tôrre de marfim onde se isolam algumas pessoas menos para concentrar-se na investigação, sempre absorvente, e mais para evitar empanar a glória com a vulgaridade.

A cultura cearense, hoje difundida à larga pelas escolas superiores, ontem patrocinada por entidades como aquela, não teve cunho menos popular, ou democrático, identificando-se escritores, historiadores, jornalistas e outros intelectuais com os interêsses e anseios de um povo em formação.

O Instituto representa, sem dúvida, um dos grandes marcos da evolução cultural cearense, pelo que merece todo respeito, extensivo a quantos nêle congregados prestaram, e prestam, o contributo de sua inteligência ao melhor conhecimento dos homens e das coisas do torrão natal.

(Correio do Ceará, 14-3-67).

REVOLUCIONÁRIOS DE 30 NUM JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO

Os veteranos do movimento revolucionário de 1930 promoveram na última sexta-feira, no Náutico, um jantar de confraternização entre os camaradas da referida campanha, ora residentes em Fortaleza. A realização do ágape naquela oportunidade deveu-se à estada, nesta Capital de um dos chefes de um episódio, no Ceará, general Carlos Cordeiro de Almeida, no momento com residência fixada no Rio.

Ao final da refeição, em nome dos companheiros falou o general Abimael Clementino de Carvalho, saudando o general Carlos Cordeiro e exprimindo o significado daquele encontro festivo. Logo em seguida, respondendo à saudação e encer-

rando a reunião, o general Cordeiro fêz uma sinopse do movimento de que participaram. Recordou passagens que juntos viveram e por que foram responsáveis e salientou a importância do movimento na vida política e social do Brasil. É do seguinte teor o discurso proferido pelo general Carlos Cordeiro de Almeida:

"AMIGOS:

"É uma grande alegria para mim vermo-nos aqui reunidos.

"Só isto seria compensador, pois evoco, na fisionomia de cada um, atitudes passadas, demonstradas com firmeza em situações adversas, e em que um simples e inocente gesto poderia ter tido interpretação precipitada e até certo ponto ruinosa para o futuro de cada um.

"Já lá se vão 37 anos da arrancada, e digo sem receio de cair em ridículo, da arrancada histórica de 1930.

"Sim, histórica pois abalou a nação inteira em repúdio aos desmandos, à desonestidade e à política de cangaços que, particularmente aqui no Nordeste, campeava pelas mãos do coronelismo do interior em desafio ao direito, à justiça e ao sossêgo público. Aí estão, para consolidar o que afirmo, a invasão de nossa Fortaleza pelos jagunços do padre Cícero Romão Batista, comandados por Floro Bartolomeu durante o govêrno Franco Rabelo, deposto por interventoria federal; a invasão e depredações de lares na cidade do Crato, e, mais recentemente, o cêrco de João Pessoa, caracterizado no apoio ao chefe do cangaço da Paraíba, Zé Pereira, que se constituía um verdadeiro segundo govêrno dentro do Estado, na cidade de passados, sejam da história ou sôbre biografias de homens tidos ilustres e respeitados senhores Marechal Hermes da Fonseca, manobrado por Pinheiro Machado, maioral oligarca dos governos do Brasil, e Dr. Washington Luís, respectivamente. Comiam no mesmo côcho da politicagem e hoje insistem em tratá-los como vestais.

Fala-se muito e mente-se ainda mais por conveniência ou fraqueza em fatos passados, sejam da história ou sôbre biografias de homens tidos ilustres e respeitáveis. Há muito enxêrto e muita distorção.

Não faz muito tempo e o nosso inolvidável Gustavo Barroso afirmou em uma página de **O Cruzeiro**, cuja data não recordo, falando sôbre a personalidade do cel. Pedro Ângelo Correia, comandante do 23.º Batalhão de Caçadores em 1930, por ocasião do seu levante em Sousa, na Paraíba, ter sido êste chefe o único oficial legalista existente em seu quadro. E, para cúmulo, citava como fonte de sua afirmativa um pequeno livro publicado por Otacílio Anselmo e Silva **O Ceará na Revolução de 30**, no qual êsse autor afirmava justamente o contrário, isto é, deixava claro que no 23.º B.C., por ocasião do seu levante, em Sousa, um único oficial existia revolucionário pertencente aos seus quadros, os demais eram todos, sem exceção, legalistas. Êrro palmar para um historiador de vanguarda como foi Gustavo Barroso. Mais imperdoável ainda é o descuido de não se investigar, na ânsia de endeusar, quais os envolvidos em determinados fatos, suas credenciais, e procurar ouví-los se ainda vivos ou basear-se em documentos por êstes firmados.

"Não faz muito tempo, andou na Guanabara um senhor de origem americana que estaria coletando dados da História Política do Brasil e procurava saber dos seus movimentos revolucionários, inclusive o de 1930. Fui procurado por pessoas amigas para ser pôsto em contato com o tal senhor e contar para êle passsagens da Revolução de 30 aqui no Ceará.

"Escusei-me, dizendo que o que sabia já estava relatado na imprensa da época. Mas o fato é que não podia admitir que um estrangeiro chegasse a relatar as nossas ocorrências históricas antes mesmo que algum brasileiro de gabarito o fizesse. Tudo enfim seria história, não resta dúvida, mas um sentimento de exclusividade falou-me mais alto e preferi aguardar que, um dia, alguém de responsabilidade, brasileiro, contasse a nossa própria história, reunindo os fatos do episódio de 30, ocorridos em nossa terra e, particularmente, no 23.º B.C., unidade que ainda amo com tôda a minha alma.

"A inconformação e o saudosismo ainda perduram e não é pequena a onda que vez por outra se forma procurando toldar, desvalorizar, amesquinhar o movimento de 30 em que, não resta dúvida, houve erros, sendo o maior dêles justamente trazer no seu bôjo muitos dêsses saudosistas inescrupulosos que para os

tenentes da época eram apontados pelos maiorais como renegados e que abraçavam a causa com o propósito sincero de trabalhar pelo engrandecimento da pátria comum. Os tenentes acreditavam que êles haviam-se tornado "bonzinhos" e "direitinhos". Quanta ingenuidade!

"Até hoje não tenho como me arrepender da minha atitude no movimento de 30 e assim, creio, também os companheiros da época, pois, quando nada o fizemos por sentimentos puros de regeneração do que por aqui existia, quer na política, quer na administração. Muita coisa errada veio depois, mas não por nossa influência e menos por nossa vontade. Quando nada, em nossa terra a revolução de 30 teve o mérito de esfriar as pretensões desonestas, tocaias comuns nas ruas e praças públicas, as guerrilhas continuamente ameaçadoras de sossêgo das nossas famílias no interior.

"Trinta e sete anos são passados e muitos não sabem mais a respeito do padre Cícero Romão Batista e de Floro Bartolomeu, dos "Augustos", de Lavras, dos "Contendas", de Senador Pompeu, dos "Saldanhas", da fronteira do Rio Grande do Norte com o Ceará, dos "Zés Pereiras", de Princesa, na Paraíba, e por que não relembrar a passeata de crianças dissolvida na Praça do Ferreira a balas e patadas pela cavalaria acioliana? Tudo dentro dessa concepção de fôrça, naquela época, constitui hoje coisas que o tempo levou, graças à revolução de 30 e muito particularmente ao 23.º Batalhão de Caçadores que, após seu levante, empenhou-se sertão adentro em pequenos comandos, numa campanha árdua de desarmamento da jagunçada mantida pelo feudo do coronelismo. Hoje essa idéia de lutas entre jagunços, ou apoiadas por êles, parece dificilmente, surgirão talvez alguns dos amigos presentes descendem ou tenham vindo a pertencer a famílias dêsses patriarcas políticos do interior como êste que fala a vocês é só motivo de orgulho, sentirão por certo, terem concorrido para essa trégua tão almejada e tão agradável entre os nossos irmãos conterrâneos do sertão.

"Estou me alongando. Perdoem-me.

"Mas esta foi a primeira oportunidade que se me ofereceu de pôr alguns pingos nos "ii" sôbre assuntos de tanto relêvo.

"Espero que dias virão em que alguém poderá, mais detalhadamente, falar sôbre o levante de 30, pelo 23º Batalhão de Caçadores, no acantonamento de Sousa, na Paraíba. Sei que muitas facêtas são conhecidas de outros e que surgirão ainda fatos inéditos.

"Já é tempo mesmo de atirar a luva à chusma de descontentes, herdeiros dos carcomidos da época e "maravilhas" dançarinos palacianos da situação e que persistem ainda em malversar os fatos, criar fantasias e endeusar homens que, na realidade eram apenas valentes, cegos seguidores da lei na sua letra sem sentir nas entrelinhas o seu verdadeiro espírito de aplicação em benefício do povo. Homens que não tergiversavam em sacrificar uma população, sem compreensão rudimentarmente humana; que não sabiam sopitar as suas vaidades e aceitar serenamente o irremediável veredicto da derrota. Sousa não voou pelos ares por ação do coronel Pedro Ângelo, porque Deus a protegeu.

"Chegar aos extremos sem pejo de sacrificar vidas inocentes às centenas, talvez nessa fase da luta já não seja mais valentia ou bravura e sim loucura. Desespêro de causa prática de genocídio. Rendamos homenagens aos nossos bravos adversários mas não exageremos. O tirano Lopez também morreu de espada na mão, lutando. Passada a refrega, explorado tudo isto pelos descontentes, foi esquecido o destino que nos aguardava a nós. Caso os papéis se invertessem e a derrota tivesse ficado conosco. Fuzilamento!

A ninguém passou pela mente os momentos de aflição movidos pelas perseguições, desconfianças, chegando a ponto de acareações fontourescas, madrugada adentro no gabinete de comando, no quartel, foco excessivo de luz direta no rosto, sentindo a cada fração de segundo a carreira que abraçamos com amor, estrangulada e jogada nas masmorras bernardescas, nas Clevelândias etc. Ninguém tem pensado nisto e nem mesmo tem cogitado da pequena mas valorosa odisséia vivida pelos tenentes Ari Hugo Correia, Júlio Veras, sargento João do Pinho e o motorista de praça Júlio Guedes, que deixaram Fortaleza de automó-

vel em demanda de Sousa para auxiliar os companheiros de ideal, arrostando até mesmo o perigo de encontrar a morte pelas sentinelas do cel. Pedro Ângelo, postadas nas imediações de Sousa, em seus eixos de penetração com ordem de matar!

"Só nós mesmos sentimos tudo isso!

"Sempre fizemos o raciocínio das duas situações mas o ideal era grande demais em nossos sentimentos para pensarmos em estacar ou recuar. Sempre prosseguimos.

"Amigos, sintamo-no felizes por ter realizado alguma coisa, embora pequenina, ante o Cenário Nacional, mas louvável porque em benefício da coletividade. Lamento não estarem presentes aqui, dada a imprevisibilidade, todos que conosco conviveram no dia-a-dia do 23º B. C. em 1930.

"Tenho recordações profundas de tudo que ali passei e não esqueço, um instante, aquêles que tive a ventura de comandar e que me comandavam com sinceridade em períodos tão ditosos da minha carreira.

"Não sei mesmo como diga o que sinto nesta ocasião, olhando-os já com cabeças encanecidas.

"Só sei dizer uma coisa:: meu corpo já começa a combalir, mas meu espírito ainda é de tenente.

"Orgulhemo-nos do que fizemos!

" I — Impassibilidade,
"II — Serenidade."

(O Povo, 6-7-67).

UM CEARENSE INTEGRAL

JOSÉ AURÉLIO CÂMARA

Não são numerosos os cearenses que emigrados da sua terra, dispersos pelo Brasil ou fora dêle mantenham vivos e intactos os laços que os vinculam ao torrão natal.

Gustavo Barroso era um dêles. Havendo conquistado por exclusivo merecimento pessoal uma posição de excepcional relêvo nos meios culturais do Sul do País, nunca hesitou em afirmar que tudo trocaria de bom grado pelo viver de nôvo nas plagas cearenses. O Ceará era uma constante no seu pensamento e no seu coração, e disso deu afirmação cabal na sua obra, referta de sugestões e de saudades da sua terra e da sua gente. No fim da vida foram freqüentes suas viagens ao Ceará, até que a morte o levou.

Djacir Menezes é outro que não resiste à imantação da Praça do Ferreira, embora ao Rio o prenda a âncora de uma posição intelectual inconfundível no magistério e nas letras.

Rachel de Queiroz poderá ser também incluída no rol ilustre, embora seu caso apresente inegáveis peculiaridades. Ama o seu recanto agrário do Quixadá, e quando aqui vem, o que faz com freqüência, insula-se na sua fazenda e se envolve numa carapaça de solidão que só é rompida por bem poucos. E não consta que ali ou no Rio lhe seja prazeroso o convívio com algum cearense afoito que

a procure. Mas não se pode negar quanto de insistente e forte é a presença, em sua obra, do meio onde nasceu e a que, sem dúvida, dedica um amor extremado.

Outros exemplos poderiam ser a êstes adicionados, mas creio que nenhum ultrapassaria em amor ao Ceará e em identificação com os cearenses aquêle meu parente e amigo Monteiro de Morais, que a morte arrebatou há algumas semanas no Recife. Que o digam os que com êle conviveram, que o conheceram na espontaneidade das suas expansões de cearense autêntico, ligado a esta terra por tôdas as fibras do coração e por tôdas as manifestações do pensamento; que o digam os cearenses ou não cearenses que em Pernambuco jamais encontraram outro mais devotado e mais sincero servidor da nossa gente.

Minhas recordações de Monteiro de Morais retroagem aos dias mais recuados de minha infância. Êle era de Quixeramobim, onde também nasci, e se integrava numa linhagem que já dera ao Ceará um Benjamim Barroso, um Álvaro Fernandes, um comendador Garcia. Constituíra-se, êle próprio, uma das expressões mais admiráveis do seu clã ilustre, pela sua inteligência, pela sua cultura, pela sua coragem, por aquêle incomparável conteúdo humano que tão profundamente o identificava com o seu meio.

Mal começavam os relâmpagos a riscar as noites sertanejas dos sertões centrais do Ceará, mal o inverno se anunciava de algum modo e já o cearense Monteiro de Morais começava a se inquietar no Recife em arrumações para sua indefectível viagem ao Quixeramobim. No comêço eram apenas êle e a espôsa, essa adorável D. Dulce, baiana que êle transformou em cearense. Depois, à proporção que iam surgindo os filhos, ia aumentando aquela simpática caravana que tôda a população local ia receber, risonha e feliz, na estação da R. V. C. E depois eram as noras e os netos que aderiam, por uma imantação sentimental, à peregrinação que êle dirigia todos os anos à sua fazenda Recreio, traço permanente a ligá-los aos seus ilustres ancestrais.

Ninguém vinha ao Ceará com mais amor e mais prazer. Ninguém se detinha com maior interêsse numa ponta de conversa com um caboclo do campo ou um citadino destacado da capital. Naquela mocidade de alma, que se manteve íntegra até os 74 anos, quando faleceu, havia uma bondade inata e um cavalheirismo, que constituíam uma perene característica da sua personalidade.

Em Pernambuco, era um embaixador espontâneo do Ceará, um embaixador como outro igual jamais teve região alguma do mundo. Catedrático da Faculdade de Medicina, gozando de uma situação social das mais prestigiosas na capital pernambucana, sentindo orgulho em ser cearense e em servir os cearenses, foi altíssimo o capital de favores e atenções que dedicou aos conterrâneos que o procuravam, para muitos dos quais foi fator decisivo do êxito que na vida conquistaram.

Tudo ou quase tudo que no Ceará se publicava constituía objeto de suas insistentes preocupações. Muitas vêzes não tinha eu ainda tomado conhecimento de um livro aqui editado, e já me chegava às mãos uma carta sua reclamando a obra. E quando daqui retornava ao Recife levava as malas abarrotadas de livros e publicações da terra, em cuja leitura êle saciava uma saudade do Ceará que nunca pôde sufocar. A última carta que me escreveu, onde comentava uma conferência de Gilberto Freyre que lhe pareceu pouco lisonjeira ao Ceará, refere-se com alegria, e grande interêsse a um poema, do recente livro de Jáder de Carvalho, sôbre o seu inesquecido Quixeramobim.

Sempre considerei Monteiro de Morais um dos exemplares mais típicos da gente cearense. Não o era talvez no físico afidalgado, na pele de inglês, nos olhos azuis, no porte ereto e sobranceiro. Mas, de alma, ninguém reunia em tão evidentes atributos o que o cearense tem de mais típico, de mais admirável. Desgarrado da terra ainda nos verdes anos, dela nunca se afastou mentalmente, e fisicamente marcou com uma permanência de mais de meio-século o seu contato amiudado com êste povo e êste Estado que tanto amou.

E se aos mortos é dada a faculdade de pensar e ter saudade, sei que de sua imaginação não sairá jamais o seu Ceará bem amado.

(O Povo, de 24-25 ste. 1966).

GENEALOGIA CEARENSE

GOMES DE FREITAS

Merece aplausos a iniciativa do dr. Raimundo Girão, Secretário de Cultura, que vem de constituir um Grupo de Trabalho encarregado de promover as pesquisas, estudos e coletas necessários à preparação da Genealogia Cearense.

O problema é inquestionàvelmente de grande importância para a história das famílias cearenses, assunto que tem sido, até agora, pouco cuidado por muitos que ainda, no presente, podem trazer a sua contribuição para tão assinalado desiderato.

As origens das nossas famílias estão ameaçadas de desaparecer para o conhecimento das gerações futuras, exatamente porque os moços e, sobretudo, os intelectuais dos nossos dias, indiferentes a êstes assuntos, apenas procuram se promover através de uma farta literatura de ficção, sem nenhum aprêço pelos estudos objetivos e especialmente os que se relacionam com a nossa história e com a história da nossa gente, com a sua unidade rácica, com o papel que os grupos familiais representaram no cenário da terra comum.

É de esperar, pois, que do trabalho iniciado pelo Sr. Secretário de Cultura resulte obra de mérito, e sobretudo escoimada de lendas, de erros e de omissões que ainda defeituam certos trabalhos sôbre a nossa história, como, além de outros, lamentàvelmente ocorre com a última edição de **Notas de Viagem ao Norte do Ceará**, comemorativa do 10.º aniversário da nossa Universidade, que foi reeditada com tôdas as omissões e equívocos da primeira edição, sem nenhuma revisão que nesta 3.ª edição seria oportuna e necessária para restabelecer a verdade histórica dos fatos ali não raro registrados com evidentes distorções, que poderiam ter sido corrigidas pelos que cuidaram da reedição do grande livro de Antônio Bezerra, isto sem falar dos incontáveis e chocantes erros de revisão tipográfica que pontilham essa 3.ª edição de **Notas de Viagem.**

No que, por exemplo, se refere ao Tauá (e certamente com muitos outros municípios) há registos em **Notas de Viagem** que sensivelmente se desviam da verdade histórica, — (equívocos pelos quais mais respondem as fontes de informações locais nas quais se abeberou o autor) — e que, por isso mesmo, estavam a reclamar dos responsáveis pela 3.ª edição do livro muitas notas de correção, como aliás se fêz com a 2.ª edição da **História da Província do Ceará**, de autoria do conselheiro Tristão de Araripe.

Senão vejamos: à página 252, da 3.ª edição, de **Notas de Viagem**, comemorativa do 10.º aniversário da Universidade do Ceará, reproduzindo o que registou a 1.ª edição, lê-se: "A história dos Inhamuns data do começo do século XVIII", e mais adiante: "O Julgado de São João do Príncipe, antigamente Tauá, foi elevado a vila por Decreto de 14 de agôsto de 1802". Ora, Tauá não se chamou Julgado de S. João do Príncipe, mas Povoação Julgado do Tauá, nem tampouco foi a aludida Povoação elevada a vila por decreto de 14 de agôsto de 1802. O que realmente ocorreu foi o seguinte: dando execução às ordens do Governador do Ceará, em ofício de 14 de dezembro de 1801, o Ouvidor Coutinho, por edital afixado no lugar de maior concorrência da Povoação do Tauá, em 20 de abril do ano seguinte, convocou Nobreza e Povo para assistirem à solene e festiva criação da Vila de S. João do Príncipe, no dia 3 de maio de 1802. — "E logo em dito dia, mês e ano, acima declarados nesta mesma Povoação do Tauá, Capitania do Ceará Grande, defronte do cruzeiro, sendo presentes o Dr. Desembargador, Ouvidor e Corregedor da Comarca Gregório José da Silva Coutinho com as pessoas já ditas e a maior parte do Povo convocado a toque do sino", efetivou-se a criação da Vila de S. João do Príncipe. É o que refere a carta alusiva ao ato copiada

do LIVRO DO TOMBO daquela Comuna que jaz atualmente nas prateleiras do Arquivo Público local.

Ainda na mesma página de **Notas de Viagem**, diz Antônio Bezerra que S. João do Príncipe foi elevado a comarca em 25 de setembro de 1836 e que — "O Dr. José Antônio Pereira Ibiapina foi seu primeiro Juiz de Direito". É outro equívoco, pois quando foi criada a Comarca da Vila de S. João do Príncipe do Inhamuns, o Dr. Ibiapina já havia abandonado a magistratura, o que fêz obrigado pela tenaz pressão promovida pelo padre presidente Alencar, seu adversário irreconciliável.

Êsses os registos do respeitável mestre Antônio Bezerra que estavam a exigir corrigendas da parte dos responsáveis pela nova edição do seu livro.

Não foi feliz o autor da nota número 16, ao pé da página 249 a qual se refere à aprazível Cachoeira, que fica nas bicas da cidade do Tauá (fazenda onde o Juiz Carlos Feitosa feliz viveu a sua infância), dada errôneamente como sendo a sede do município de Parambu. A cidade sede do referido município nunca se chamou Cachoeira, mas Cachoeirinha e dista do Tauá 60 longos quilômetros.

Vale ainda anotar que o primeiro Juiz de Direito da Comarca de Inhamuns foi o Dr. Antônio Henrique de Miranda, logo removido para a comarca de Quixeramobim, para dar lugar à nomeação em 24 de novembro de 1836, do Dr. Antônio Leopoldino de Araújo Chaves, ilustre filho da terra.

Os equívocos apontados não deslustram a monumental obra de Antônio Bezerra, mas precisam ser corrigidos a bem dos conhecimentos reais da nossa historiografia, o que lamentàvelmente não se fêz no preparo da 3.ª edição de **Notas de Viagem ao Norte do Ceará**.

(Unitário, 1967)